



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 14 DE MARÇO DE 2012**

ATA Nº 02/2012

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência da Primeira Secretária da Mesa Susana Goulart Costa e da Segunda - Secretária Anabela da Silva Calisto.

A Primeira Secretária da Mesa, Susana Goulart Costa, deu início à sessão, cumprimentando e desejando boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Susana Goulart Costa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria, Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia e Paulo Jorge Cimbron Varão.

Pela 1ª Secretária da Mesa foi informada a Assembleia Municipal que, face à renúncia apresentada na última sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 2 de fevereiro, pelo membro João Manuel Moniz Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi convocado nos termos do nº1 do artigo 79º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista do Partido Socialista, Paulo Jorge Cimbron Varão, para preenchimento da respetiva vaga.

O cidadão Paulo Jorge Cimbron Varão aceitou integrar a composição como membro da Assembleia Municipal de Lagoa, mas por razões profissionais e devidamente justificadas apresentou justificação de falta à presente sessão.

A mesa considerou justificada a presente falta.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D' Oliveira Ramos, Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão a Chefe de Gabinete, Dra. Odete Cabral, e a Adjunta, Dra. Verónica Almeida, do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Chefe de Divisão de Administração Geral, Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Deu-se início à votação, por voto secreto, da eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores, resultando na seguinte votação: 18 votos a favor da membro Susana Goulart Costa e 6 votos a favor do membro Vasco Manuel Verdasca da Silva, tendo sido eleita Presidente da Mesa da Assembleia, a membro Susana Goulart Costa, por maioria dos 24 membros presentes.

Atendendo que foi eleita Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a membro Susana Goulart Costa, que exercia as funções de Primeira Secretária da Mesa, foi necessário, proceder à eleição de um novo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.

Deste modo, procedeu-se à votação, por voto secreto, da eleição do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, resultando na seguinte votação: 18 votos a favor do membro Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia e 6 votos em branco, tendo sido eleito para Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, o membro Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia, por maioria, dos 24 membros presentes.

PONTO Nº 2 – REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES:

Foi presente o ofício nº S/1356/2012 datado de 23 de fevereiro do corrente ano, emanado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando as seguintes informações até ao próximo dia 15 de março:

- a) Posição da Assembleia Municipal quanto aos objetivos e parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica;
- b) Posição quanto à proposta de Lei nº44/XII.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar alguns pormenores relacionados com o assunto em questão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, antes de falar sobre a reforma da administração local nos Açores, gostaria de felicitar a nova Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – a deputada Susana Goulart Costa, desejando-lhe as maiores felicidades e sucessos nesse novo cargo, manifestando desde já toda a sua disponibilidade e lealdade, para em conjunto, trabalharem em prol do desenvolvimento da Lagoa e da melhoria de qualidade de vida dos lagoenses.

Também gostaria de felicitar a eleição do Deputado Municipal Vasco Garcia para o cargo de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o que demonstra que, até nessa medida, o concelho da Lagoa é diferente dos restantes concelhos, algo de que nos devemos orgulhar e até nos dá uma outra dimensão política.

No entanto, não pode deixar de registar e de lamentar que o Dr. Vasco Garcia tenha sido eleito apenas com os votos do Grupo Parlamentar do PS e do CDS-PP, uma vez que o Grupo Parlamentar do PSD votou em branco.

No seu entender, o deputado Vasco Garcia merecia outro tipo de atitude por parte do Grupo Parlamentar do PSD e quando propôs o nome daquele Deputado Municipal foi com a intenção de haver unanimidade, mas verificou-se algo que é inacreditável.

Relativamente à reforma autárquica referiu que hoje tem que ser tomada uma posição sobre essa matéria, de modo a remeter-se o referido parecer à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Na última reunião camarária já teve a oportunidade de explicar qual seria, no seu entender, a melhor estratégia, considerando que fará muito sentido a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal terem posições diferentes num assunto que é bastante delicado, pelo que gostaria que fosse tomada uma posição consensual. Esse consenso já foi conseguido ao nível da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e também da Comissão de Política Geral, que já emitiram o seu parecer sobre essa matéria.

Nessa medida, e sem prejuízo de mais tarde ser feito um pequeno resumo do que está em causa, julga que há duas hipóteses a considerar, não obstante o debate que terá aqui lugar e a opinião dos Senhores Deputados Municipais e que são: subscrevermos o parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que foi distribuído, e é um parecer consensual dos autarcas, ou elaborar uma própria posição própria, com base na reflexão que será hoje tomada. Caso não haja condições de elaborar esse documento, poderemos encarregar um grupo de trabalho, com os representantes dos três partidos com assento na Assembleia Municipal para trabalhar nesse sentido, elaborando dentro de um prazo razoável, um documento que seria no fundo a posição desta Assembleia Municipal.

O que está em causa é o facto do memorando da Troika ter imposto a redução significativa do número de freguesias e municípios. Mais tarde, o Governo da República apresentou o chamado Documento Verde, com um conjunto de critérios que mereceu a reprovação de quase todos os setores políticos, exceto os da maioria que, mesmo assim, também têm muitos autarcas que foram contra os referidos critérios. Entretanto, o Governo da República, de alguma forma, recuou e apresentou uma proposta de Lei, que nessa medida é muito menos penalizadora para as freguesias.

Nos Açores, a AMRAA e a ANAFRE foram sempre contra essa reforma, defendendo alguns aspetos que seriam menos penalizadores para a reforma, do que a Lei que está em discussão. O facto é que a Assembleia Regional, a AMRAA e a ANAFRE tiveram um prazo mais alargado para promover essa discussão e apresentar o documento. Acontece que deu entrada essa proposta de Lei na Assembleia da República, pelo que, temos que dar um parecer sobre essa matéria.

A nova proposta de Lei em relação ao nosso concelho, no caso de ser aprovada, promove algumas alterações a nível das freguesias. A Lagoa é incluída no nível 3, municípios com densidade populacional entre 100 e 500 habitantes por km² e com população inferior a 25000 habitantes, bem como, municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km². Na Lagoa existem 3 lugares urbanos, Rosário, Santa Cruz e Água de Pau, o que implica uma redução mínima de 50%, ou seja 50% de 3 são 1,5 o que, de acordo com o arredondamento, são 2 lugares urbanos. Como existem 3 lugares urbanos haverá necessidade de reduzir dois, ficando apenas 1 lugar urbano, o que na prática implicaria a agregação das freguesias do Rosário, Santa Cruz e Água de Pau numa só freguesia.

Nos lugares rurais existem 2 freguesias, que são a Ribeira Chã e o Cabouco. A redução mínima nesses locais é de 25%, ou seja 25% de 2 são 0,5 que, de acordo com o arredondamento, daria uma freguesia. Na Lagoa teríamos de reduzir 2 lugares urbanos e uma freguesia rural, o que daria no total uma redução de 3 freguesias, no entanto, como a legislação prevê que nenhum concelho pode ficar com menos que 3 freguesias, só teremos que reduzir uma freguesia. No caso da lei ser aprovada, poderão permanecer 3 freguesias, o que significa a agregação de apenas 2 freguesias a decidir pela Assembleia Municipal.

Face a isso, e de forma a dar resposta à Lei, existem duas hipóteses, a freguesia de Água de Pau agregar à freguesia da Ribeira Chã e a freguesia do Rosário agregar à freguesia de Santa Cruz. Neste momento está tudo em aberto, já foi tornada pública a posição da Assembleia Regional e quer o PS, quer o PSD, rejeitaram a proposta de Lei e subscreveram a posição da AMRAA. No fundo o documento final e a posição oficial daquela Associação é a que consta do referido documento que possui três pontos essenciais.

O primeiro ponto é basicamente reconhecer a importância do Poder Local nos Açores, os bons resultados que têm prestado no desenvolvimento da Região, o papel dos autarcas e o contributo que têm dado.

É proposto que, nos Açores, sejam considerados como lugares urbanos, apenas a freguesia Sede de Município com mais de 2000 habitantes, bem como, todas as freguesias que correspondam às circunscrições territoriais das cidades e vilas, mas sem definir critérios ou percentagens, mas o objetivo é ter aplicação a nível nacional e não só a nível regional.

Na Lagoa existem 2 vilas, a Lagoa e Água de Pau, sendo que Água de Pau é constituída por uma freguesia e a Lagoa por duas freguesias. Em outros concelhos, como em Ponta Delgada ou Ribeira Grande a aplicação da referida Lei trará alterações significativas. No fundo, essa proposta altera o conceito do chamado lugar urbano, que em vez de ser todos os lugares com mais de 2000 habitantes, são só as freguesias que constituem as vilas e as cidades.

Outro aspeto importante é rejeitar a extinção das freguesias rurais, por várias razões e que se encontram explanadas no referido documento. Essa sempre foi uma posição defendida pelo PS e PSD a nível regional, com discursos diferentes, mas com o mesmo objetivo.

Outra questão que é igualmente importante, é a questão dos arredondamentos no caso da redução do número de freguesias, que em vez de ser arredondado por excesso, deveria ser arredondado por defeito, o que na prática teria implicações importantes, nomeadamente, quando houver um número ímpar dará sempre menos uma freguesia a reduzir.

Basicamente a referida proposta contempla esses três aspetos, que são importantes, que poderão condicionar ou não a reforma. Esta foi a proposta que foi apresentada à Assembleia Legislativa Regional, que, por sua vez, a enviará à Assembleia da República, com parecer próprio ou com um parecer, anexando os vários pareceres que foram recebidos.

Em suma, está tudo em aberto na Lagoa, no limite ficaremos com três freguesias, ou até poderemos ficar com as cinco, ou até mesmo com quatro freguesias. No caso de ficar em três freguesias, ficaria Água de Pau agregada à Ribeira Chã e Santa Cruz agregada ao Rosário, no caso de serem quatro freguesias serão só as freguesias da vila a ser agregadas, se for as cinco freguesias manter-se-á como está.

É prematuro a discussão sem saber propriamente o que vai acontecer. Existe uma manifestação agendada para o dia 31 de Maio, promovida pela ANAFRE que foi aprovada por 1.500 Presidentes de Juntas de Freguesia, cuja maioria das Juntas é do PSD, o qual tem o seu congresso agendado para o dia 23 ou 24 de março, pelo que, poderá haver ainda algumas alterações, de qualquer forma, não condicionará a nossa posição, mas é só para tentarmos perceber que não vale a pena perder muito tempo em discussões sobre a agregação ou extinção das freguesias.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges que apresentou votos de boa noite a todos os presentes. Também manifestou o seu agrado pela eleição da

deputada Susana Goulart Costa para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, apesar de já ter manifestado publicamente não ter votado em Sua Excelência.

De seguida gostaria de apresentar alguns esclarecimentos em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, antes de passar propriamente ao assunto que o fez inscrever.

Gostaria de referir que, provavelmente, o Senhor Presidente da Câmara deve ter poderes específicos, pois se os votos são secretos, não sabe como é que o mesmo pode garantir que foram apenas os Deputados Socialistas, alguns do PSD e um do CDS/PP que terão votado na deputada Susana Goulart Costa para Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal.

Também gostaria de rebater que, realmente somos diferentes e a nossa diferença foi plenamente demonstrada na última sessão. Se o voto que exerceu e a intenção de voto que manifestou na eleição do Dr. Vasco Garcia para Presidente da Mesa e não na Deputada Municipal Susana Goulart Costa, se fosse por pura “politiquice” ou deselegância não teriam feito o que fizeram na última sessão. Acho que todos estão lembrados que chamamos à atenção para uma situação complicada, de duvidosa legalidade, que esta Câmara Municipal poderia ter incorrido se por nós não tivesse sido devidamente alertada.

Gostaria ainda de esclarecer, que o deputado Vasco Garcia estava ciente que ia ser indicado pelo Grupo Parlamentar do PSD para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Nunca foi levantada a hipótese de ser eleito Primeiro Secretário da Mesa e, na impossibilidade do mesmo estar hoje presente e incontactável, foram efeitos inúmeros esforços no sentido de entrar em contacto com o mesmo, acharam por bem que seria indelicado manifestar uma tendência de voto para uma pessoa sem conhecermos a sua opinião em ocupar ou não o digno cargo de Primeiro Secretário da Mesa desta Assembleia Municipal. Em suma, foi essa a razão de terem surgido votos em branco.

Passando à razão para a qual se inscreveu, a reforma administrativa autárquica, e retomando as palavras do Senhor Presidente da Câmara, também entende que não vale a pena, nesta altura, estar a discutir pormenores, pelo que passou a expressar a opinião dos sete Deputados Municipais presentes nesta sessão, que passou a ler:

“Tendo presente o assumido em compromissos internacionais quanto à reestruturação do “mapa autárquico” plasmado na Lei na Lei 44/XII, somos de parecer que a Reforma Autárquica deve:

- 1- Respeitar de forma contundente a especificidade da realidade regional inerente à natureza insular do território, bem como os valores históricos, culturais, patrimoniais e sociais característicos do nosso “modu vivendi”;
- 2- Ser uma medida coerente e sensata, respeitando a racionalidade e especificidade do serviço público, garantindo sempre que possível o princípio da proximidade;
- 3- Pugar por critérios rigorosos de gestão dos recursos públicos;

4- Manter a atual configuração do mapa autárquico do concelho de Lagoa respeitando a sua especificidade própria;

5- Na eventualidade incontornável de se efetuar um novo desenho autárquico para o concelho, atender sobretudo a critérios de custos de operacionalidade/prestação de serviço em proximidade, carga demográfica e histórica;

Face ao exposto e perante a inevitabilidade de ter que se reestruturar o atual desenho autárquico, consideramos que a agregação das freguesias de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Cruz não será a opção que melhor respeita a especificidade do nosso concelho, pelo que, apelamos a outras soluções que minimizem as suas consequências.

Em suma, acreditamos que as nossas especificidades próprias deverão merecer por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional toda a atenção e empenhamento na elaboração de uma proposta açoriana para a reforma autárquica ajustada à nossa realidade e, por essa via, diferente da que vier a ser implementada no território continental”

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges esclareceu que são claros os pontos que defendem, não vale a pena esmiuçar mais a carga histórica, pois são freguesias com quinhentos anos de história e a identidade de cada uma é extremamente vincada.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro deu a boa noite a todos os presentes e deu os parabéns à deputada Susana Goulart Costa pela sua eleição como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Gostaria de começar por falar na tal diferença que tanto o Senhor Presidente da Câmara fala e que tem pautado desde a última sessão, esta está hoje demonstrada nesta mesa, por três presenças femininas. É de facto uma diferença, pelo que dá os parabéns ao Senhor Presidente.

Relativamente à eleição do Deputado Municipal Vasco Garcia para Primeiro Secretário, o que o Senhor Presidente da Câmara fez foi dar um “presente envenenado”, porque já está a visualizar amanhã um comunicado do Senhor Presidente da Câmara a dizer que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra um dos elementos do Partido, pelo que, questionou como poderiam propor o deputado Vasco Garcia para Primeiro Secretário, se tinha ficado acordado propor o mesmo para Presidente da Mesa. Não acharam por bem votar nele sem saber a vontade do mesmo. Tratando-se de um assunto que, no seu entender, é importante, pois trata-se da eleição do Presidente e do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, as coisas deveriam ter sido preparadas atempadamente e com mais cuidado.

Referiu ainda que gostaria que o comunicado de amanhã fosse mais congruente e diferente do que tem sido e dá os parabéns ao Senhor Presidente pela diferença que tem pautado, pelas últimas mudanças que fez internamente na Autarquia. Também gostaria que falasse só a verdade e não dissesse que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra, pois não votaram contra, só não entram em “jogadas”.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Roberto Oliveira que referiu que hoje estivemos quase sendo todos mais iguais e mais diferentes, mas que falaremos disso numa próxima oportunidade.

Não se opõe a votar o documento da AMRAA ou outro documento que se entenda sair dessa Assembleia Municipal, o que mais o preocupa nessa reforma autárquica são as populações que nos fizeram eleger e, como todos sabem, foi o primeiro Deputado Municipal a preocupar-se com esse assunto, porque na última sessão desta Assembleia Municipal propôs que se votasse a criação de uma comissão de acompanhamento e que, com certeza, na próxima será votada.

Entende que poderemos votar todos os pareceres que venham a surgir, devemos é ter cuidado, pois é nossa obrigação defender intransigentemente as nossas freguesias, porque esse parecer que agora vai ser enviado à Assembleia Regional pode ir com uma intenção que depois poderá não ser a que vai vigorar na altura da sua utilização, porque tudo leva a crer que esse assunto já não será votado nessa legislatura, mas sim na próxima legislatura, a qual poderá não ter a mesma predominância política que esta tem. Portando, a sua principal preocupação é que nós agora e sempre, tenhamos uma estratégia para o concelho da Lagoa, para defesa das nossas freguesias e respetivos habitantes.

Todos aqui sabemos que as freguesias não vão deixar de ser freguesias, poderão é ser administradas de forma diferente. Até poderíamos ter sido mais inteligentes, que seria, antes de tudo isso, ter elevado o lugar da Atalhada a freguesia, pois ficava o concelho da Lagoa com mais uma freguesia que depois era englobada na outra.

Referiu ainda que, ninguém está a visualizar a freguesia da Ribeira Chã sem ter uma administração própria, pois é nossa obrigação defender, até à última instância, a administração própria daquela freguesia. Tradicionalmente sempre foi uma freguesia unida em torno de uma pessoa, outrora foi o Padre Flores e atualmente é a Presidente da Junta de Freguesia. É assim que aquela freguesia funciona, por tradição e convicção do povo.

Quanto à freguesia do Cabouco é uma freguesia que atualmente está a evoluir imenso, e devemos continuar a apoiar os seus destinos. A freguesia de Água de Pau também deve continuar com a sua administração.

Temos o problema das freguesias de Nossa Senhora do Rosário e Santa Cruz, mas nisso podemos ser também diferentes, porque não tentar arranjar uma forma de motivação para a população daquelas freguesias. Lembrou-se de duas motivações, levar os Paços do Concelho para o centro da freguesia de Santa Cruz, passando a sua sede para o Convento dos Frades e a administração das freguesias ficaria na freguesia do Rosário. Outra opinião, de forma a não haver atritos entre as duas freguesias, seria passar a administração da freguesia para o lugar da Atalhada.

Acrescentou que se trata de uma opinião pessoal, que poderá não agradar a todos, mas é o seu contributo nesta matéria para o povo da Lagoa e acha que é essa a nossa obrigação, até ao último dia de votação na Assembleia Regional, tentar junto dos nossos Grupos Parlamentares defender as nossas convicções, de que a Lagoa deverá ser diferente, atendendo à sua dimensão.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Norberto Ponte que deu as boas noites a todos e desejou felicidades à deputada Susana Goulart Costa para o novo cargo, como Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, bem como ao deputado Vasco Garcia pela sua eleição como Primeiro Secretário.

Referiu ainda que gostaria de deixar registado que o Grupo Parlamentar do PS subscreve a posição oficial da AMRAA.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se a Lagoa sempre vai ser elevada a cidade.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, gostaria de registar em relação ao que os Senhores Deputados Municipais Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro disseram, que não quer entrar em polémicas, mas tinha de dizer tudo o que foi dito e assume isso.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro poderá não acreditar, mas também não acreditando não faz qualquer diferença. O Grupo Parlamentar do PS quando na reunião preparatória decidiu indicar o Dr. Vasco Garcia para Primeiro Secretário da Mesa, não foi com a intenção de oferecer “presentes envenenados”, mas sim marcar a diferença. Ao longo desses sete anos de mandato, tem feito coisas boas e más, como também tem feito um grande esforço para que haja uma maior aproximação entre a Oposição e o Partido que está no poder e de alguma forma tem conseguido e essa eleição será mais um passo nesse sentido.

Não acha que seja desprestigiante para o deputado Vasco Garcia, ou para os cargos que desempenhou ou em que se empenhou pela sua forma diferente de estar e saber, que o mesmo não iria aceitar esse cargo. Na sua perspetiva, é bem pior indicar o seu nome quando sabiam que à partida estaria derrotado. O bom termo serve para indicar quando sabe que se perde e não serve quando se ganha, sendo uma lógica que, na perspetiva, não encaixa.

Quanto às nossas notas informativas, são aquelas que o Município entende fazer, mas não temos por hábito fazer “politiquices” com pessoas, já o fizemos contra posições políticas. Enquanto estiver à frente da Autarquia nunca o fará, pelo que o Deputado Municipal Pedro Monteiro poderá ficar descansado quanto a isso. A nota informativa sobre a eleição será no sentido de que a deputada Susana Goulart Costa foi eleita para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal com um determinado número de votos.

Ainda em resposta ao Deputado Municipal Paulo Jorge Borges, quanto aos poderes específicos que tem para adivinhar, referiu que ainda não tem esse dom, mas percebeu a intenção de voto até porque haviam falado antes desta sessão.

Em tom de conclusão, acrescentou que a nossa Assembleia Municipal fica muito bem representada, por estes dois ilustres professores da nossa terra.

Relativamente à elevação da Lagoa a cidade, a Comissão de Política Geral aprovou a proposta que vai ao plenário na próxima semana e tudo leva a crer que será aprovada.

A Presidente da Assembleia Municipal lembrou que a Assembleia Municipal tem que se pronunciar sobre a posição da AMRAA. O Grupo Parlamentar do PS já informou que subscreve a mesma, julga que os Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP também concordam, pois do ponto de vista filosófico é exatamente a mesma coisa, o que não quer dizer que subscrevam a mesma. Assim sendo a Assembleia Municipal terá que tomar uma posição, que poderá ser no sentido de subscrever o parecer da A.M.R.A.A. ou constituir uma comissão para elaborar o documento final a enviar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, referindo que a posição da Assembleia Municipal deveria ser concordar na generalidade com a posição da AMRAA que é subscrita na íntegra pelo Grupo Parlamentar do PS. Para além disso, poderão ser incluídas todas as considerações expostas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges solicitou à Mesa um pequeno intervalo, para que o Grupo Parlamentar do PSD pudesse discutir o assunto, o qual foi autorizado.

Retomando os trabalhos, o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges agradeceu a amabilidade da Presidente da Assembleia Municipal, esclarecendo que não foi para abusar da juventude do cargo agora assumido, mas existem valores mais altos que se levantam.

Referiu que o Grupo Parlamentar do PSD volta a frisar que existem pontos no referido parecer que em nós nos revemos, contudo existe um ponto extremamente fulcral, concretamente e porque fomos eleitos no Concelho da Lagoa, cabe-nos, como tem defendido o Senhor Presidente da Câmara, defender primeiro o nosso concelho e depois os outros, pelo que, estão a defender o nosso concelho e os seus pontos de vista.

A grande diferença entre os dois pareceres tem a ver com o facto do parecer da AMRAA não ser claro num aspeto que o Grupo Parlamentar do PSD entende ser fundamental, que é serem contra a junção das freguesias do Rosário e Santa Cruz. Assim, em virtude dessa grande diferença, que é fundamental, não podem, embora com pena, subscrever o parecer da referida Associação, pois daria uma maior força se fosse subscrito na íntegra por ambas as forças políticas.

Contudo gostaria de propor que se constitua a referida comissão, para que se possa redigir um novo documento onde seja incluído este ponto que entendem ser fundamental e que consiste na não junção daquelas duas freguesias. Não vai invocar as razões, porque estas

seriam muitas, pois são mais de quinhentos anos de história que não se podem mudar. Já lamenta o facto de se ter mudado o nome da Praça Velha, que tem cerca de quinhentos anos de história para Praça da República que apenas tem cem anos de história.

Acrescentou que se vai debater até ao fim, primeiro pela manutenção das cinco freguesias e por último e, se for necessário, pela não junção das freguesias do Rosário e Santa Cruz. Não é uma questão de rivalidade, porque estas existem, mas por uma questão de identidades históricas.

A Deputada Municipal Albertina Oliveira referiu que tinha uma dúvida, para a qual pedia esclarecimentos, atendendo que não assistiu à reunião preparatória, nomeadamente se no referido parecer da AMRAA está prevista a junção das freguesias da Ribeira Chã e Água de Pau.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o documento daquela Associação é um documento geral e no fundo é isso que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pretende, que é assumir a posição contra a reforma, deixando alguns contributos.

As freguesias rurais mantêm-se, pelo que, as freguesias do Cabouco e da Ribeira Chã irão manter-se. A proposta de Lei prevê, no caso da aplicação direta à Lagoa, que nós tínhamos que agregar freguesias urbanas e freguesias rurais. Ficaríamos com três freguesias no concelho, sendo que resulta da aplicação da proposta de lei atual a agregação obrigatoriamente das freguesias do Rosário e Santa Cruz, Ribeira Chã com Água de Pau e a freguesia do Cabouco ficaria sozinha, de modo a ficarem as tais três freguesias, de acordo com os critérios da proposta de Lei.

A posição da AMRAA é de que somos contra a reforma, e que, no caso dos Açores sejam considerados como lugares urbanos apenas as freguesias com mais de 2000 habitantes, bem como todas as freguesias que constituem as vilas e cidades, mantendo-se as freguesias rurais.

São esses os princípios que são apontados no referido parecer, respondendo à questão da Deputada Municipal Albertina Oliveira, com essa proposta mantêm-se a freguesia da Ribeira Chã.

Acrescentou ainda o Senhor Presidente da Câmara que, para a Assembleia Municipal não é relevante neste momento a indicação de manter as freguesias do Rosário e Santa Cruz, mas é uma posição que é defendida, pelo que, respeita e percebe a razão.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro referiu que é pena que o Senhor Presidente da Câmara, como Presidente da AMRAA não perceba o quanto estão preocupados, pois como poderão votar se ainda não discutiram o assunto, nomeadamente hoje tinham agendada uma reunião

com os cidadãos do Cabouco, que foi cancelada, porque queriam primeiramente auscultar as pessoas e tentar perceber o que as mesmas querem.

Quem é que diz que, em vez de juntar as freguesias do Rosário e Santa Cruz, que na sua opinião não tem lógica nenhuma, porque não as freguesias do Rosário e Cabouco. Não percebe como vão votar um assunto que ainda não foi abordado. Não nasceu na Lagoa, mas vive cá há dezoito anos e sente-se um lagoense, pois quando veio viver para cá não foi só comprar o apartamento, tentou saber um pouco da história do concelho, pois é uma pessoa que tem interesse pelos assuntos que o rodeiam.

Como costuma dizer é “engenharia Sócrates” que está por detrás de tudo isso, chegámos à questão da Troika após seis anos de grande desgaste de dinheiros públicos como nunca se viu.

Não concorda que tenhamos de dar uma opinião até amanhã, quando ainda não foram todos ouvidos, por exemplo, ainda não ouviu a opinião de nenhum Presidente de Junta, pelo que, não sabe qual a posição dos mesmos e gostaria de saber.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que julga existir alguma confusão, pois foi a Assembleia Legislativa Regional dos Açores que nos pediu uma posição com datas fixadas, obviamente, de acordo com o seu calendário, pois também têm de dar resposta à Assembleia da República.

O processo da reforma administrativa já é falado há muito tempo, pelo que, o Grupo Parlamentar do PSD já teve algum tempo para se reunir e ouvir os cidadãos, não é correto impor essa questão nesta altura.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro questionou se o Grupo Parlamentar do PS reuniu e ouviu os seus cidadãos.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara informou que houve reuniões partidárias, também já se reuniu, há algum tempo, com todos os Presidentes de Juntas de Freguesia, pois os mesmos receberam para preenchimento um inquérito da ANMP e ANAFRE.

Acrescentou ainda e como já teve oportunidade de explicar que o Governo da República apresentou essa Lei e existem prazos que têm de ser cumpridos.

O Grupo Parlamentar do PSD pode até alegar que a culpa foi do Engº Sócrates, pois desgovernou o país durante seis anos, mas quem está no poder há quase ano e meio é o PSD e foi o mesmo que fez essa proposta com as costas voltadas para os seus autarcas, os quais souberam da referida reforma pelos órgãos de comunicação social.

O Documento Verde foi lançado contra a Associação dos autarcas Sociais-Democratas, contra os próprios autarcas e contra as freguesias. O PSD e o Governo da República é que têm dado o seu contributo para que essa reforma seja uma reforma “atabalhada”.

Em sua opinião pessoal, uma reforma dessas só é reforma no verdadeiro sentido se conseguir a maioria de, pelo menos, dois dos maiores partidos, ou dos três partidos, uma vez que o CDS/PP também está no poder.

Está convicto de que todos os aqui presentes não são a favor dessa reforma, no entanto existe uma inevitabilidade, a reforma vai ter que ser feita, então que seja feita de forma a penalizar menos o concelho da Lagoa, essa é a principal questão que se coloca neste momento. Não teremos que votar nada, apenas apresentar uma posição.

Acrescentou ainda que o Grupo Parlamentar do PS subscreve o parecer da AMRAA, que é uma posição geral, não referindo as freguesias que serão agregadas, se somos contra ou a favor e, ao aprovar esse documento, não quer dizer que sejamos a favor da agregação das freguesias do Rosário e Santa Cruz.

O Senhor Presidente da Câmara informou, de modo a tranquilizar os Senhores Deputados Municipais, que o responsável pela redação final do referido documento foi o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e houve o cuidado de ser um documento que não responsabilizasse os autarcas, pois não diz se somos contra, as freguesias rurais mantêm-se, nas freguesias urbanas em vez de ser aquilo que está na proposta de Lei, devemos dar a nossa opinião sobre o assunto. Também não refere se a redução é de 50% ou outra percentagem, pois essa questão ficará para o legislador.

Não está com isso a contestar o que foi dito em relação às freguesias do Rosário e Santa Cruz, apenas está a fazer um enquadramento para que todos percebam que não se está a votar nada nessa altura, no fundo é só manifestar a nossa posição. No seu entender essa posição poderia ser a de subscrever o parecer da AMRAA, incluindo os considerandos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD, que são contra a agregação daquelas duas freguesias, pelas razões já expostas.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges esclareceu que não vai tecer considerandos sobre quem foi o responsável nem porque razão as coisas decorreram com a velocidade que se tem verificado, como também não vai rebater os considerandos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara.

Sabe que existem prazos a cumprir, quer queiramos quer não, e existem compromissos que têm de ser honrados, porque o Estado Português assumiu esses compromissos e como fazemos parte desse Estado temos igualmente que os cumprir.

Quanto ao parecer da AMRAA teve conhecimento do mesmo no dia em que decorreu a reunião, pois esteve com o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que lhe transmitiu exatamente o que se tinha passado.

O Grupo Parlamentar do PSD quer dar o seu contributo, quer dar um passo mais à frente, embora pequeno, mas importante. Subscrevemos na generalidade o que lá está escrito, mas vamos dar o critério ao legislador de dar a hipótese de juntar o Rosário com Santa Cruz. Achamos que não é benéfico e portanto sugerimos ao Grupo Parlamentar do PS o acréscimo do parágrafo do documento apresentado pelo PSD. Com a inclusão desse parágrafo, subscrevem o parecer.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara informou que então o que o Grupo Parlamentar do PSD está a propor é, no fundo, que nas vilas ou cidades não haja agregação na Lagoa.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges acrescentou que, como foi pedida a opinião do concelho da Lagoa, temos que a expressar, enquanto que o parecer da AMRAA é geral e, como é tão geral, o Legislador poderá depois dizer que está tudo bem, dado à generalidade do documento, acabando assim com duas freguesias basilares do concelho. Não nos esqueçamos que o concelho da Lagoa nasceu dessas duas freguesias, como saberá melhor que ninguém a Senhora Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal.

Apelamos a outras soluções que minimizem as suas consequências e que haja esse critério de operacionalidade, prestação de serviços em proximidade, carga demográfica e histórica. Para o Grupo Parlamentar do PSD só existem três critérios fundamentais que deverão ser ressalvados. Ainda não ouviu a opinião do Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, já ouviu a opinião do Presidente de Junta de Freguesia de Santa Cruz, mas estão aqui outros Deputados naturais e eleitos pelas várias freguesias dos quais não ouviu ainda a opinião.

De seguida, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu a palavra, apesar de saber que não é muito correta a sua intervenção, mas dado ao carácter extraordinário da questão gostaria de dar a sua opinião sobre a matéria.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deu as boas noites a todos os presentes e também gostaria de felicitar a deputada Susana Goulart Costa pela sua eleição para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Referiu novamente que, embora não seja adequada a sua intervenção numa sessão da Assembleia Municipal, não queria deixar passar em branco a oportunidade de dar o seu contributo.

Na sua opinião esse documento peca por não dar voz aos municípios, pois é um documento abrangente a nível regional e não atende às realidades das freguesias.

Deste modo, propõe que o parecer dessa Assembleia Municipal seja no sentido de que a decisão final, quanto à extinção ou agregação das freguesias, seja da inteira responsabilidade

das Assembleias Municipais de cada município. No fundo, será juntar a esse documento a hipótese de serem as Assembleias Municipais de cada município a definir quais as freguesias a serem intervencionadas, pese embora, o documento pudesse indicar quotas mínimas para a extinção das freguesias.

Referiu ainda que existe aqui um grupo de pessoas que, numa futura reunião, poderão auscultar a opinião e fazer uma listagem, por exemplo, o Grupo Parlamentar do PSD defende que é impensável a junção das freguesias do Rosário e Santa Cruz, mas aceitamos que prevaleça a opinião da maioria. Se a opinião dessa maioria, presente nesta Assembleia Municipal, assim o entender, fica o ónus de toda essa responsabilidade imputado a essa Assembleia Municipal e não deixar o ónus dessa responsabilidade a outros.

No seu entender o documento a emitir deve dizer de forma taxativa que são as Assembleias Municipais de cada concelho a ter a última palavra na extinção ou aglomeração das freguesias.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal gostaria de clarificar mais uma vez, o que está de facto em causa.

Concorda com a sugestão do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado no que se refere a que sejam as Assembleias Municipais de cada município a decidir sobre a extinção ou aglomeração das freguesias. É uma boa proposta, tanto mais, que nesse momento ela já caminha nesse sentido, mas com regras muito restritas. É um bom ponto de partida para a nossa tomada de posição.

Entende que, neste momento, é prematuro estar a tomar decisões sobre uma reforma que ainda não sabemos bem como vai acontecer, eventualmente até a própria Lei pode vir dar resposta a isso. No entanto, não deixa com isso de perceber as preocupações manifestadas.

Acrescentou ainda que, uma posição prudente que, se calhar satisfará todos os membros presentes, será acrescentar a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, tendo em conta os princípios apresentados pelo Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Borges.

Uma coisa será o parecer que sairá dessa Assembleia Municipal para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, outra coisa será a posição política que o Grupo Parlamentar do PSD pode tomar e que ficará registada em ata, como posição oficial daquela força política. É prematuro neste momento antecipar esse debate, se não o vamos ter no futuro, entende que no parecer a remeter à Assembleia Legislativa dos Açores não vê necessidade de constar o pormenor de não juntar as freguesias do Rosário e Santa Cruz, pelo que a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador é importante.

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que gostaria que a posição desta Assembleia Municipal fosse unânime, independentemente da partidarização, de forma a dar mais força ao parecer da Assembleia Municipal do concelho da Lagoa.

O Deputado Municipal Norberto Ponte interveio acrescentando que o Grupo Parlamentar do PS subscreve o documento apresentado pela AMRAA, podendo ser incluída a sugestão do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, novamente, que o assunto não necessita de ser votado é só uma tomada de posição da Assembleia Municipal, que tenha em conta as posições que foram sendo definidas ao longo do debate, fazendo um resumo de tudo o que foi aqui debatido, o Grupo Parlamentar do PS subscreve o parecer da AMRAA. O Grupo Parlamentar do PSD subscreve, exceto na parte, que permite agregar as freguesias do Rosário e Santa Cruz, pois são contra essa agregação. O Senhor Vereador Carlos Augusto sugeriu que a decisão final quanto à extinção ou junção das freguesias fosse da inteira responsabilidade das Assembleias Municipais de cada concelho.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges acrescentou que sempre foi intenção do Grupo Parlamentar do PSD a manifestação de uma decisão de força dessa Assembleia Municipal e que não fosse algo fragilizada.

Tínhamos proposto inicialmente esse parecer e, como o Senhor Presidente da Câmara referiu ficará tudo registado em ata. Mais referiu que, com esse dado novo que foi apresentado pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, julga que o Grupo Parlamentar do PSD pode aprovar sem dificuldades, se do parecer a emitir constar a ressalva de que a Assembleia Municipal é soberana na escolha das freguesias a agregar.

De seguida o Senhor Vereador Rui Ramos pediu a palavra.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Rui Ramos.

O Senhor Vereador Rui Ramos esclareceu que se poderá estar a gerar alguma confusão, pois cabe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a exclusividade da competência de encerrar freguesias. O que poderá ser dito é que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores poderá respeitar essa opinião, elaborando um Decreto Legislativo Regional que refira claramente que a extinção de freguesias respeitará os pareceres oriundos das várias Assembleias Municipais. Não poderá é ficar escrito que a Assembleia Municipal é que determinará, porque não tem essa competência.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que quando se diz que determina é uma questão de linguagem. A atual Lei prevê que a Assembleia Municipal endosse à Assembleia Legislativa Regional a proposta de extinção de freguesias.

Após os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, seguiu-se um período de debate entre os senhores deputados municipais, tendo posteriormente a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes, elaborar um parecer único do Município de Lagoa - Açores a fim de ser enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual incluirá os pontos que foram acordados, o qual abaixo se transcreve:

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA
POSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

O Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado Português, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional veio estabelecer um conjunto de obrigações e medidas a cujo cumprimento Portugal está obrigado e de entre as quais faz parte a reorganização da Administração Local, um tema que se reveste da maior importância para o Poder Local Português.

A apresentação do Documento Verde para a Reforma da Administração Local, em 2011, gerou várias reações e posições por parte das autarquias, entre as quais se salienta a negação geral dos princípios que formatavam o documento e que, eventualmente, dariam origem a uma proposta de Lei. O referido documento foi claramente desenhado com base em preceitos de ordem geral que não atenderam às especificidades territoriais, populacionais e culturais das regiões insulares portuguesas. Foi criado um quadro de critérios que não abrangeram a realidade açoriana, ferindo as características singulares que caracterizam o arquipélago dos Açores e que se encontram devidamente protegidas na primeira linha pela Constituição da República Portuguesa.

Já no corrente ano surge a proposta de Lei nº 44/XII que vem alterar substancialmente o anteriormente definido no Documento Verde, apresentando critérios para classificação dos municípios e parâmetros de agregação de freguesias que também em nada servem os Açores, o Poder Local e a generalidade das populações de todo o país, tendo por base critérios arbitrários e cálculos percentuais que não refletem a realidade territorial das regiões insulares. A presente proposta de Lei, em nosso entender, não conseguiu conjugar os conceitos de coesão territorial com os princípios constitucionais e europeus do livre e igual acesso a bens e serviços públicos por todos os cidadãos sem exceção.

Face a esta situação, cabe aos municípios açorianos pronunciarem-se sobre este assunto, procurando uma solução viável de reorganização administrativa, com o menor impacto possível, tanto para os Açores, como para a atual estrutura do Poder Local, procurando uma

posição que respeite a autonomia local, tal como definida na Carta Europeia e na Lei Portuguesa, bem como as especificidades demográficas e territoriais dos Açores.

Assim sendo, o município de Lagoa – Açores é de parecer que:

1. A Reforma da Administração Local na Região Autónoma dos Açores deverá respeitar, de forma contundente, a especificidade da realidade regional inerente à natureza insular do território, bem como os valores históricos, culturais, patrimoniais e sociais característicos do nosso “modus vivendi”, pois não podemos esquecer que a atual estrutura do Poder Local nos Açores resultou da necessidade de uma adequada prestação de serviço público de proximidade, Poder este que tem assumido um papel crucial no desenvolvimento da região, de forma equitativa e sustentável, pelo que não deverá ser alterado;
2. Os Açores, numa panóplia de diplomas legais constantes na própria Constituição da República Portuguesa, bem como no Direito originário Europeu, têm vindo a beneficiar de um estatuto especial de ultraperiferia e região insular, com características próprias e singulares, através do qual, para garantia de igualdade de direitos e livre acesso a bens e serviços por parte dos cidadãos, foram criadas várias formas de discriminação positiva que vieram combater os constrangimentos geo-económicos e demográficos. Neste sentido, é inadequado considerar os conceitos “urbano” e “rural” plasmados na Lei, uma vez que na realidade açoriana correspondem a circunstâncias muito diferentes daquelas que se verificam no território continental, sugerindo-se que, nos Açores, sejam considerados como lugares urbanos as freguesias sede de município, as freguesias com mais de 2000 habitantes e todas as freguesias que correspondam às circunscrições territoriais das cidades e vilas, não ocasionando situações peculiares como a existência, em alguns casos, de freguesias com características rurais enquadradas nos centros urbanos. Por estas razões, no caso dos Açores, os conceitos de “urbano” e “rural” não deverão ser critérios para a possível fusão de freguesias;
3. Caso se verifique a adoção de um modelo legislativo que promova a discriminação positiva do território açoriano, que o critério de arredondamento por excesso, mencionado no número 6, do Artigo 5º da Proposta de Lei, possa ser alterado, para efeitos dos cálculos dos parâmetros de agregação, para “arredondamento por defeito”;
4. Não deverá haver extinção de freguesias com características rurais ou, pelo menos, dos serviços que estas prestam em proximidade, pois estas estruturas locais de poder têm desempenhando um papel que vai muito além das competências definidas por lei, representando uma estrutura complementar à dos municípios, sendo muitas vezes o único interlocutor do aparelho de poder do Estado que alguns cidadãos contactam, no sentido de verem garantidos os seus direitos e ouvidas as suas preocupações. Além disso, as freguesias em espaço rural nos Açores têm sido verdadeiros vetores de

desenvolvimento nas localidades afastadas dos centros urbanos dos municípios. Deste modo, é neste nível de proximidade que se define a ligação das populações à sua freguesia, situação esta que tem de ser acautelada em qualquer proposta de lei que venha a surgir, pois o desaparecimento dos serviços da Junta de Freguesia numa freguesia com características rurais irá certamente condicionar a igualdade de circunstâncias entre cidadãos;

5. Deve ser respeitada a racionalidade e a especificidade do serviço público, garantindo sempre que possível o princípio da proximidade, por via de critérios rigorosos de gestão dos recursos públicos;
6. A proposta, no que concerne à agregação de freguesias, deverá ser da inteira responsabilidade das Assembleias Municipais de cada autarquia, admitindo-se apenas que os contingentes globais de agregação para cada município possam ser definidos pela Região Autónoma dos Açores.

Em suma, a posição apresentada pelo Município de Lagoa – Açores defende que as especificidades próprias dos Açores deverão merecer por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional toda a atenção e empenho na elaboração de uma proposta açoriana para a Reforma Autárquica que deverá atender o presente documento, sendo ajustada à nossa realidade específica e que, por essa via, poderá ser diferente da que vier a ser implementada no território continental.

PONTO Nº 3 - 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, para criação do seguinte projeto ação, que não foi contemplado no Plano de Atividades Municipais de 2012:

Obra 4/2012 – Transferência para a Junta de Freguesia de Água de Pau – Aquisição de Imóvel – 35.000,00€.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a presente Revisão Orçamental surge da necessidade de adquirir uma habitação em Água de Pau, sita na rua do Valverde de Baixo, de modo a facilitar a circulação do trânsito na zona, porque como se situa numa esquina não permite a circulação com fluidez do trânsito pesado, para além de permitir futuramente que a circulação num dos Valverdes se faça num só sentido. Mais informou que a presente Revisão Orçamental foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

1º Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros) na despesa de capital, de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

A Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenção aberto ao público, fixando para o efeito o período de 30 minutos.

No uso da palavra, o cidadão Professor Jorge Amaral felicitou a Assembleia Municipal pela feliz escolha da deputada Susana Goulart Costa para Presidente da Mesa desta Assembleia, o que vem certamente dignificar esse órgão.

Desejou as maiores felicidades pela sua eleição, bem como à restante mesa, na pessoa do Primeiro Secretário da Mesa, o deputado Vasco Garcia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Professor Jorge Amaral e agradeceu igualmente o voto de confiança depositado, extensível ao Primeiro Secretário Vasco Garcia.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal que desejou boa noite a todos e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
